

Atena
Editora
Ano 2021



HISTÓRIA:

Consensos e dissensos engendrados

**DENISE PEREIRA
JANAÍNA DE PAULA DO ESPÍRITO SANTO
(ORGANIZADORAS)**

Atena
Editora
Ano 2021



HISTÓRIA:

Consensos e dissensos engendrados

**DENISE PEREIRA
JANAÍNA DE PAULA DO ESPÍRITO SANTO
(ORGANIZADORAS)**

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

História: consensos e dissensos engendrados

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História: consensos e dissensos engendrados / Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do Espírito Santo. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-231-6
<https://doi.org/10.22533/at.ed.316212806>

1. História. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Espírito Santo, Janaína de Paula do (Organizadora). III. Título.
CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Quando lemos um bom texto e nos sentimos satisfeitos com a argumentação de qualquer autor a respeito de suas ideias, se parece coerente ou verossímil, isso acontece por que o autor ou autora foi bem sucedido em demonstrar suas ideias e sua metodologia, apresentando o seu paradigma. Mas pensar em paradigma ou ainda no que o teórico Jörn Rüsen chamou de matriz disciplinar vai além da qualidade argumentativa e metodológica das ideias de qualquer texto. Um paradigma funciona como uma espécie de base que é reconhecida por um número considerável de pesquisadores e em torno das quais muitas ideias, e hipóteses são apresentadas e testadas. São os diálogos entre os paradigmas e matrizes que ajudam o pesquisador no caminhar em busca da compreensão de questões sociais e históricas, quaisquer que sejam, que estejam movendo as pessoas que pesquisam e escrevem.

Dentro desses sistemas amplos, ou matrizes, que acabam movendo os diferentes profissionais e suas práticas, e que acabam por articular escolhas de formulação e pesquisas diversos, não podemos dizer que há sempre o consenso ou o caminho único, uma única teoria que prevaleça ou valide os olhares possíveis aos inúmeros objetos.

Justamente por sua natureza plural, o trajeto da pesquisa é permeado por consensos e dissensos... Ou seja, por mais que exista um núcleo comum em torno do método e dos valores de rigor em cada pesquisa, os diferentes caminhos possíveis marcam uma produção intelectual do campo em que multiplicidade deva ser reconhecida e respeitada como que realmente é: uma miríade de possibilidades válidas. Assim, é importante enquanto pesquisadores estarmos atentos e conhecermos a fundo tanto o que prevalece comum e consensual, como toda e qualquer possibilidade de falta desse consenso, como características da riqueza do conhecimento e da história, do fortalecimento do diálogo entre os pares e portanto, da própria ciência.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!


Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A ELITE INTELECTUAL *ÁULICA*: JORNAIS, IDEIAS E OS SEUS REDATORES NA CORTE FLUMINENSE (1822-1831)

Nelson Ferreira Marques Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128061>

CAPÍTULO 2..... 12

A FACE INVISÍVEL DAS MULHERES IMIGRANTES POLONESAS NO BRASIL

Isabella Czamanski Rota

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128062>

CAPÍTULO 3..... 23

A POSSIBILIDADE DE LEITURA DO RELATO DE VIAGEM SOB A ÓTICA DO LUGAR DE MEMÓRIA

Douglas Pastrello

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128063>

CAPÍTULO 4..... 31

A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA E A RELAÇÃO COM O PROCESSO HIGIENISTA NA CIDADE DE TERESINA ENTRE OS ANOS (1852-1889)

Nara Viviany Moura de Oliveira

Kércia Andressa Vitoriano Gonçalves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128064>

CAPÍTULO 5..... 45

SENSORY EVALUATION OF FOOD AND ITS EVOLUTION OVERTIME

Alice Vilela

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128065>

CAPÍTULO 6..... 59

CELEBRAÇÕES CÍVICAS REALIZADAS PELO GINÁSIO MUNICIPAL DE SERROLÂNDIA-BA NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985)

Marconey de Jesus Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128066>

CAPÍTULO 7..... 69

DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS E DOS CUIDADOS DE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA EM PORTUGAL








Maria José de Oliveira Santos








Elisabete Soares Ferreira





Anabela Martins Pinto de Figueiredo

Manuela Maria da Conceição Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128067>

CAPÍTULO 8	81
DIVULGAÇÃO DAS CIÊNCIAS GEOLÓGICAS POR MEIO DA LINGUAGEM VISUAL: O PAPEL PEDAGÓGICO DO LIVRO DE TEXTO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX	
Heitor Assis Júnior Pedro Wagner Gonçalves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128068	
CAPÍTULO 9	97
GEOGRAFIAS DA REPRESSÃO POLICIAL - RELIGIOSOS DA FREGUESIA DE SANT'ANNA NO RIO DE JANEIRO (1890 – 1929)	
Valquiria Cristina Rodrigues Velasco	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128069	
CAPÍTULO 10	109
HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTOLOGIA E DE PATOLOGIA	
Ana Margarida Calado	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280610	
CAPÍTULO 11	121
HISTÓRIA DO LUGAR BRASIVIANO NA FRONTEIRA BRASIL – BOLÍVIA	
Francisco Marquelino Santana	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280611	
CAPÍTULO 12	129
LEITURA DE MAPA: RELATO DE EXPERIÊNCIAS DOS ALUNOS DA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO COLÉGIO PRESIDENTE CASTELO BRANCO	
Anna Clara Barbosa de Sousa Nilda Aparecida Pascoal Rezende	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280612	
CAPÍTULO 13	142
“LEMBRAR-SE É TER UMA LEMBRANÇA OU IR EM BUSCA DE UMA LEMBRANÇA”: COLETÂNEA DE ENTREVISTAS DOS/AS MORADORES DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO- MASCOTE BAHIA	
Luciara Santos dos Anjos Maria Sandra da Gama	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280613	
CAPÍTULO 14	152
O ASSUNTO-ÔNIBUS EM PROGRAMAS DE DEBATE NO JORNALISMO ESPORTIVO	
André Ricardo Carbone Egle Müller Spinelli	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280614	

CAPÍTULO 15	164
O CONCEITO DE DERIVADA NOS PROGRAMAS OFICIAIS DE MATEMÁTICA DO SÉCULO XX	
Ana Paula Florêncio Aires	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280615	
CAPÍTULO 16	177
O GUETO HOMOSSEXUAL E O TEXTO <i>SAINDO DO GUETO</i> DO JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA	
Vinícius Potrich de Souza Macedo Gonçalves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280616	
CAPÍTULO 17	186
O HOLODOMOR E SUAS REPRESENTAÇÕES A PARTIR DO JORNAL <i>CHLIBOROB</i>	
Henrique Schlumberger Vitchmichen	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280617	
CAPÍTULO 18	196
O <i>SALTÉRIO DE LUTTRELL</i> (C.1345): POSSIBILIDADES DE ESTUDO	
Jaime Estevão dos Reis	
Giovanni Bruno Alves	
Vinicius Tivo Soares	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280618	
CAPÍTULO 19	206
O VALE DO RIO TAQUARI COMO ANTRO DE “NEONAZISMO”?	
René Ernaini Gertz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280619	
CAPÍTULO 20	218
POBRES E DESVALIDAS: CLAMOR E CARIDADE NAS SÚPLICAS DAS MÃES DA SECA EM TERESINA (1877-1879)	
Kércia Andressa Vitoriano Gonçalves	
Nara Viviany Moura de Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280620	
CAPÍTULO 21	227
QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES NO INTERIOR BAIANO: A PRÁTICA DO FUTEBOL FEMININO NA CIDADE DE GUANAMBI-BA	
Nivalda Pereira Coelho	
Felipe Eduardo Ferreira Marta	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280621	

CAPÍTULO 22	234
SÃO JERÔNIMO: BREVE HAGIOGRAFIA Maria Cristina da Silva Martins  https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280622	
CAPÍTULO 23	245
SOIL SCIENCE: FROM BABYLON TO THE PRESENT Manuel Teles Oliveira  https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280623	
CAPÍTULO 24	255
TRICENTENÁRIO DA ESCRAVIDÃO: A IMPORTÂNCIA DA AQUISIÇÃO DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA PARA A SENSIBILIZAÇÃO DO EDUCANDO Diogo da Silva Roiz Mirian Roberta Fernandes Pereira  https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280624	
CAPÍTULO 25	269
UM OLHAR SOBRE O URBANISMO E EDIFICAÇÕES NO MEDIEVO Damião Amiti Fagundes  https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280625	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	282
ÍNDICE REMISSIVO	283

O VALE DO RIO TAQUARI COMO ANTRO DE “NEONAZISMO”?

Data de aceite: 23/06/2021

Data de submissão: 03/05/2021

René Ernaini Gertz

Professor aposentado pela PUCRS e pela
UFRGS

Porto Alegre/RS

<http://lattes.cnpq.br/5149402586875448>

RESUMO: Formadores de opinião, autoridades e até cientistas sociais podem ser responsáveis pela difusão, no senso comum, de verdades supostamente incontestes, que, de fato, não foram submetidas a qualquer tipo de confirmação. Apresenta-se, aqui, um exemplo concreto de como uma autoridade brasileira de alto escalão, apoiada em parecer de uma técnica pericial com doutorado em Antropologia, se lançou a um processo de desnazificação da população de uma região, sob o argumento de que, por seus integrantes serem originários de “colonização germânica”, tinham uma “tendência” ao “neonazismo”.

PALAVRAS-CHAVE: Preconceitos étnicos; senso comum; ciências sociais.

THE VALLEY OF THE TAQUARI RIVER AS A DEN OF “NEO-NAZISM”?

ABSTRACT: Opinion leaders, authorities and even social scientists may be responsible for the dissemination of supposedly incontestable truths in the common sense, which, in fact, have not been subjected to any type of confirmation. This paper

presents a concrete example of how a Brazilian authority, supported by the opinion of an expert with a PhD in Anthropology, launched a process of denazification of sectors of a population under the argument that, because its members were originally from “German background”, they had a “tendency” to “neo-Nazism”.

KEYWORDS: Ethnic prejudices; common sense; social sciences.

Uma comunicação que trata de um episódio relativamente recente sobre suposta ou efetiva manifestação “neonazista” no Vale do Rio Taquari, no “XIII Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras e Seminário Nacional: migrações históricas e recentes”, que se realiza na UNIVATES, em Lajeado, portanto, no próprio “Vale”, justifica-se por si mesma. Ainda que já tenha relatado o episódio no meu livro *O neonazismo no Rio Grande do Sul* (GERTZ, 2012, p. 76-97; 106-125), trata-se, aqui, por um lado, de ampliar o potencial público leitor a ser atingido, mas, por outro lado, está o fato de que, na época da redação do livro, eu ainda não tivera acesso ao processo instaurado por um procurador da República, em relação ao caso, de forma que agora se explorará esta fonte, e aparecerão fatos e aspectos novos.

Mesmo breve e pouco aprofundada, deve ser feita uma referência preliminar ao “neonazismo”, no Brasil. Como é amplamente sabido, nos anos 1930/40 houve alguns

militantes do nazismo e núcleos do partido alemão neste país. De fato, o estado com maior número de filiados foi São Paulo, mas a existência das assim chamadas “colônias alemãs” no sul do Brasil sempre estimulou o imaginário popular no sentido de que Santa Catarina e Rio Grande do Sul teriam abrigado milhares deles, que muitos teriam permanecido por aqui depois da guerra, e que este contingente ainda teria sido reforçado com a fuga maciça, para cá, de outros vindos da Alemanha, após a guerra. Com isso, encontram-se referências frequentes a manifestações “nazistas”, durante toda a segunda metade do século XX – sobretudo naqueles momentos em que foram presos nazistas efetivamente vindos para o Brasil, como Franz Stangl e Gustav Wagner (ABAL, 2014), ou quando se descobriram os restos mortais de Joseph Mengele.

No período que vai do final da guerra até hoje, aconteceram, inclusive, alguns simulacros de atos nazistas. Um exemplo está na maior (!) “onda” de manifestações supostamente nazistas, durante os mais de 70 anos decorridos desde então, quando, em 1978, em vários municípios do interior do Rio Grande do Sul, aconteceu intensa e prolongada pichação de suásticas. Só recentemente, se soube que estas pichações foram feitas por membros da juventude do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).¹ Isto não significa que não haja registro de episódios de conotação efetivamente nazista – um dos mais conhecidos foi o da Editora Revisão, em Porto Alegre, nas décadas de 1980/90, fato já bastante estudado (CRUZ, 1997; CUNDARI, 2006; JESUS, 2006; PINHEIRO, 2013).

Ao referir estes fatos, eventualmente se falava em “neonazismo”, mas a expressão mais utilizada era “nazismo”, como a indicar que se tratava de um “resíduo” do tempo da guerra. Em termos internacionais, no final do século XX, ficou conhecida a expressão inglesa “skinheads”. Ela se referia a grupos que protagonizavam manifestações e atos de intolerância em eventos esportivos e nas ruas de grandes cidades. Esta palavra também foi utilizada no Brasil. Com o tempo, porém, a expressão “neonazismo” conquistou terreno, ao referir-se a estes agentes e a este tipo de ações, já que muitos se reportam ao “original”.

No Rio Grande do Sul, há notícias sobre um grupo “neonazista” a partir de, no mínimo, 2003, congregado numa banda chamada “Zurzir”, cujas músicas exaltavam Hitler e o nazismo. Em 2005, aconteceu aquele que, provavelmente, foi o ato “neonazista” mais violento praticado até hoje, nesta linha, no estado, quando três jovens identificados como judeus por usarem quipá foram atacados, na rua, em Porto Alegre, resultando um deles com ferimentos muito graves. Na sequência, houve também ataques a negros, e aconteceram violências em eventos esportivos.²

Não só aqui, mas também em outros estados, ações de grupos semelhantes, aparentemente, se “adensaram” no ano de 2009, quando aconteceu uma reunião de representantes de diversos lugares do país, nos arredores de Curitiba, Paraná, em 20 de

1 <http://www.renegertz.com/noticias/notas/123-comunista-revolucionario> (acessado em 13/3/2017).

2 A imprensa noticiou que a polícia *suspeitava* que uma morte ocorrida em fevereiro de 2009 em Caxias do Sul *poderia* ter ligações com o “neonazismo” (GERTZ, 2012, p. 80).

abril, dia do 120º aniversário de Hitler. Neste encontro, foi assassinado um jovem casal vindo de Minas Gerais, supostamente como decorrência de disputas internas, no grupo. Com isto, a existência e as ações classificadas de “neonazistas” ganharam novo espaço na imprensa e na opinião pública. E foi neste momento e neste contexto que também o Vale do Rio Taquari virou manchete em relação ao tema.

É que cerca de 15 dias depois, foi preso, em Teutônia, Jairo Maciel Fischer, 21 anos, acusado de envolvimento no assassinato (FRANTZ, 2009). Os pais de Fischer haviam vindo do Paraná para cá aproximadamente quatro anos antes. Ele ficara por lá, na casa de uma irmã, mas, em virtude de sua militância “neonazista”, ela o havia mandado embora, e ele, então, viera para a casa dos pais, no município gaúcho, mais ou menos 18 meses antes dos acontecimentos, tendo se empregado numa fábrica de laticínios. Segundo relatos policiais, teria ligações com um “neonazista” paulista chamado Ricardo Barollo, líder da reunião de Curitiba, o qual, antes disso, teria visitado Caxias do Sul, e possivelmente também Teutônia. Além da prisão de Fischer, em maio de 2009, neste município, a polícia localizou a arma do crime com um menor, o qual, porém, em nenhum momento, foi classificado como “neonazista”. Além da prisão do acusado e da descoberta da arma, nada mais, porém, aconteceu no município e em todo o Vale do Rio Taquari envolvendo o tema “neonazismo”.

Para o imaginário popular e para a imprensa, no entanto, o fenômeno atingira novo patamar, pois, finalmente, se teria chegado àquele lugar – melhor, àquele setor da população gaúcha – em que sempre se suspeitara que estivessem suas origens, suas raízes, seu “campo fértil”: as regiões de colonização alemã! O estardalhaço foi grande! A imprensa se encheu de comentários a respeito. Dois exemplos ilustram os efeitos da alauza desencadeada. A TV Bandeirantes de Porto Alegre solicitou entrevista a mim, mas, aparentemente porque alertei que não denunciaria o povo de Teutônia como responsável por aquilo que acontecera, não apareceu; no seu noticiário regional da noite, apresentou matéria totalmente sem qualquer nexos com o episódio, falando sobre símbolos “neonazistas”, destacando o do coturno com cadarço branco, como a indicar que os repórteres se sentiam na obrigação de falar alguma coisa sobre o tema, ainda que eles mesmos não soubessem que falar, e a coisa não fizesse nenhum sentido.

Nos comentários deixados numa matéria *online* do jornal *Zero Hora*, do dia 19 de maio de 2009, evidenciaram-se as opiniões de, no mínimo, parte dos leitores: “O problema é que o povo de lá pensa que é alemão. Nasceram no Brasil e se dizem alemães. Tenho parentes no Vale do Taquari e até hoje não encontrei nenhum brasileiro por lá, são todos alemães”; “por que não pegam numa enxada e vão capinar por aí? Pensam que são alemães, não passam de caboclos, assim como nós. Bando de babacas”; “nasceram no Brasil, falam português (o alemão que falam não existe, é apenas uma piada), e acham que são alemães! Acordem para a realidade!”; “moro no Vale do Taquari e realmente *aki* os alemães acham que estão na Alemanha, tanto que já mandei alguns irem embora pra lá. Acham que o negro é menos que branco, falam alemão na tua cara e riem, e outras atitudes

discriminatórias. Não adianta estudo, precisam aprender a aceitar as diferenças, o que eles mais têm (falam português errado)”; “em muitas regiões de imigração do RS impera um sentimento de que os descendentes de italianos e alemães são europeus de fato: e, por muitas vezes, têm uma postura bastante racista! Inclusive circulam comentários do tipo: ‘a cidade tá ficando ruim porque tá vindo muito brasileiro morar aqui!’ Talvez crianças que cresçam numa sociedade assim acabem por se tornarem esses idiotas neonazistas. Gostaria que todos esses brasileiros pseudoeuropeus pudessem ir pra Europa para serem feitos de chacota”.³

Reações de tipo no mínimo semelhante, porém, não provieram apenas de um jornalismo mais rasteiro e de leitores “comuns”. Pessoas supostamente bem informadas e de nível educacional razoável entraram no coro daqueles que imaginaram que o “neonazismo” no Rio Grande do Sul havia entrado numa nova e perigosa fase, pois até então se manifestara, sobretudo, na região metropolitana de Porto Alegre, mas agora tinha chegado a uma área onde se imaginava existir uma população geneticamente infestada pelo vírus deste mal, por ser tida como predominante de origem alemã. Neste sentido, a deputada Maria do Rosário Nunes deu um “grito de alerta”, e conseguiu instaurar na Câmara dos Deputados uma Comissão Externa “para acompanhar as investigações a respeito da quadrilha de neonazistas desbaratada no estado do Rio Grande do Sul” (a CEXNEONA), a qual fez sua primeira reunião em 23 de junho de 2009 (um mês e meio após a prisão de Jairo Maciel Fischer), e, depois, realizou outros encontros, alguns públicos, até o final de 2010 – quando foi encerrada, sem *qualquer* resultado.⁴

Também uma jornalista e escritora de quem, em tese, se esperaria bom conhecimento sobre a população da região, pois ativa na área da comunicação, há muitos anos, que, mesmo nascida em Santa Cruz do Sul, passou a maior parte de sua vida adulta em Lajeado, fez o seguinte comentário em seu *blog*: “Esse caso do nazista em Teutônia deixa todo mundo ouriçado. Vai que existam células em Santa Cruz, Forquethina, Lajeado... *Seria de se admirar?*” (PEIXOTO, 2009). A frase final – grifada por mim – evidencia a desconfiança desta formadora de opinião em relação aos cidadãos da região em que vive e com quem convive, há muitos anos.⁵

As reações da deputada e da jornalista mostram, claramente, a sensação generalizada na opinião pública de que o “neonazismo” no Rio Grande do Sul entrara num novo estágio, que atingira um terreno super fértil, e que agora, com certeza, vicejaria de

3 <http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1=local=1§ion=Geral&newsID=a2515630.xm> (acessado em 20/5/2009).

4 <http://www.camara.leg.br/internet/ordemdodia/integras/668418.htm> (acessado em 11/3/2017). Com data de 16 de setembro de 2016, o Presidente da Câmara dos Deputados comunicou que a referida comissão “foi extinta ao término da 53ª Legislatura (2007-2011), sem, contudo, apresentar relatório de atividades, ante a não conclusão dos trabalhos” (o original da carta está em meu arquivo particular). É óbvio que esta comissão não poderia apresentar resultados, já que havia incorrido num erro básico inicial – no Rio Grande do Sul, não havia sido “desbaratada” nenhuma “quadrilha” a ser investigada, aqui apenas tinha sido preso *um único* indivíduo, que fora encaminhado à polícia do Paraná.

5 Um leitor que se identificou como Antônio chamou a jornalista à razão, num comentário deixado no próprio *blog*: “pô, o cara é do Paraná. estava em Teutônia porque os pais vieram morar aqui há um tempo; quando a coisa engrossou lá, ele fugiu pra cá”.

forma desenfreada!

Como Jairo Maciel Fischer fora levado ao Paraná, e não se tivesse quaisquer outras notícias relacionadas a “neonazismo” em Teutônia, a agitação, na imprensa, cessou. No entanto, pouco mais de um ano depois, em agosto de 2010, a região voltou a registrar um episódio que veio a calhar para aqueles que haviam imaginado, em 2009, que o Vale do Rio Taquari constituía verdadeiro antro de “neonazismo” – é que ele havia, supostamente, retornado a Teutônia, fato que, em tese, sugeria que aqueles que tinham feito as avaliações mais sombrias, no ano anterior, estavam com razão.

No dia 20 de agosto de 2010, a imprensa noticiou que na rodovia que atravessa Teutônia, a RS-128, a “Via Láctea”, placas de trânsito e paradas de ônibus tinham amanhecido pichadas com suásticas e frases racistas. O delegado Paulo César Jardim, há muito tempo festejado como maior conhecedor do “neonazismo” e monitorador de seus integrantes no Rio Grande do Sul, declarou, em matéria publicada pelo *Correio do Povo*, de Porto Alegre, no dia 25 de agosto, sob a manchete “Delegado especializado em crimes de intolerância nega caso de neonazismo em Teutônia”: “Eu afirmo que não existe grupo nazista em Teutônia. Em qualquer cidade há pichação de suástica e do símbolo do anarquismo. Isso pode ser um modismo, e não indica crime ou preocupação”; “*eu tenho excelentes informantes na região, e esse tipo de crime, com certeza, não existe lá*”. Em texto redacional, o jornal ainda informou que, “segundo o delegado, o alarme na cidade é uma ‘invenção’, e pode causar pânico entre os moradores”.⁶

Por sua vez, o delegado Mauro José Barcellos Mallmann, titular da delegacia de polícia de Teutônia havia cerca de 10 anos, e, portanto, com conhecimento detalhado daquilo que se passava na comunidade local e com seus habitantes, em ofício formal, datado de 8 de setembro, escreveu: “A pichação de placas e abrigos de ônibus com a suástica e expressões racistas [...] teria, em tese, sido praticada por uma mesma pessoa, devido ao formato das letras e ao material usado para a impressão. Possivelmente o fez por molecagem, pois não parece ser conhecedor da causa (desenhou a suástica errada)”. No documento, o delegado admitiu que no município residia *uma* pessoa – provavelmente, classificável de “revisionista”⁷ – que possuiria “alguns livros compatíveis com os ideais neonazistas”, mas teria alegado “que gostava de temas da 2ª Guerra Mundial e que não era neonazista” (CAMARGO, 2010-2012, fl. 11).⁸

Portanto, as duas autoridades policiais com conhecimento de causa haviam deixado claro que não existiam indícios de que as pichações tivessem sido feitas por malfetores locais, e muito menos que havia células “neonazistas” em Teutônia. Mesmo assim, *O Informativo do Vale*, de Lajeado, mancheteou, em 11 de setembro, que o procurador

6 <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=187452> (acessado em 12/3/2017). Grifo acrescentado ao original.

7 Esta palavra não está no documento do delegado, é minha (REG).

8 Em conversa informal, o delegado informou que esta pessoa é amplamente conhecida, há muito tempo, por suas “leituras alternativas” sobre a Segunda Guerra Mundial, mas que não havia qualquer indício de que poderia ir além de seu direito constitucional à informação e ao pensamento.

da República local recorrer à “Antropologia no combate ao neonazismo”. Na matéria jornalística, falava-se na “possibilidade de *reorganização* de grupos simpatizantes no Vale do Taquari”. Segundo palavras textuais do procurador, “não queremos que *volte* a surgir, que *crezca* na região”. Mas a parte mais reveladora das declarações do agente de Estado estava na seguinte frase: “Queremos descobrir o que está levando a isso, entender o porquê de algumas regiões do Vale do Taquari – *de colonização germânica* – terem essa *tendência* [ao neonazismo]. A Polícia Civil vai investigar a existência de crime no caso, mas o MPF quer saber as *origens* do problema”. Um texto em um *box* abaixo da matéria indicava claramente que também o jornalista imaginava que o episódio representava uma retomada, e, portanto, continuidade dos acontecimentos de 2009: “um possível ‘*renascimento*’ do movimento em Teutônia preocupa as autoridades...” (ROTTA, 2010c – grifos acrescentados ao original).

Esta convicção – além da afirmação expressa do procurador de que regiões de “colonização germânica” apresentariam uma “tendência” ao “neonazismo” – explica a opção desta autoridade em buscar a ajuda de uma técnica pericial em Antropologia do MPF-RS, para a “realização de estudo, objetivando adoção de medidas para a localização e prevenção/repressão dos fatos” (CAMARGO, 2010-2012, fl. 2). Todas estas manifestações não deixavam dúvida de que, para o procurador e o jornalista, Teutônia apresentava, “por natureza”, um terreno fértil para a expansão do “neonazismo”, quem sabe, com a possibilidade de contaminar o restante do estado, talvez até todo o país, motivo pelo qual competia agir com energia – segundo o procurador, na declaração ao jornal, “não se podem subestimar esses indícios”, motivo pelo qual, “se necessário, utilizaremos até mesmo recursos como a Polícia Federal neste trabalho” (ROTTA, 2010c). O ambiente, a composição “antropológica” específica do município de Teutônia, e de toda a região, foi, portanto, pressuposta como motivo para o enraizamento profundo, natural, genético, para o florescimento do “neonazismo”, já que o “Vale” é conhecido como de “colonização germânica”.

O ofício encaminhado à técnica pericial em Antropologia do MPF-RS – doutora na disciplina pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – em que o procurador da República em Lajeado solicita “realização de estudo sobre a questão” está datado de 21 de setembro de 2010 (CAMARGO, 2010-2012, fl. 99). Uma resposta formal foi dada pela antropóloga com data de 31 de janeiro de 2011, num documento de sete laudas (CAMARGO, 2010-2012, fls. 113-119). Além do arrolamento de uma “bibliografia”, na última lauda, o documento contém as seguintes partes: “leitura antropológica sobre ideologias totalitárias”, “sobre o caso concreto” e “indicativos de encaminhamento”.

Na primeira parte, aparecem considerações teóricas gerais. Apesar do título, aquilo que aparece na segunda parte também é muito pouco concreto, abstraindo da frase inicial, que diz: “estudos relatam que o pensamento nazista estendeu-se para além das fronteiras nacionais da Alemanha do século XX, constatando-se evidências do mesmo aqui no Brasil

– mais especificamente na região sul – que tem destacado histórico de *imigração europeia* nos três estados” (CAMARGO, 2010-2012, fl. 115 – grifos acrescentados ao original). Nesta afirmação, transparece claramente o pressuposto de que a “imigração europeia”, isto é, concretamente, os “alemães” da região sul do Brasil (incluindo, óbvio, os do Vale do Rio Taquari) foram contaminados pelo nazismo, lá nos anos 1930/40, e a dedução lógica – ainda que, aqui, não expressamente verbalizada – só pode ser a de que as supostas manifestações “neonazistas” seriam sobrevivência do mesmo, 70 anos depois, entre netos e bisnetos.

Finalmente, na terceira parte, nos “indicativos de encaminhamento”, encontramos frases absolutamente coerentes com as considerações anteriores. Ali, lê-se, por exemplo, que “além das medidas de repressão [...], é de suma importância não nos descuidarmos da dimensão de prevenção que a situação exige e de modo a *não focar na dimensão individual dos comportamentos desviantes e que fragilizam o conjunto* [!] *da sociedade*” (CAMARGO, 2010-2012, fls. 117-118 – grifos e colchetes acrescentados ao original). Como no noticiário da imprensa se afirmara que haveria três ou quatro jovens “neonazistas” no município, esta frase não permite outra interpretação que a de que a antropóloga estivesse dizendo que não adiantaria “focar” o combate ao mal unicamente nestes poucos indivíduos, pois “o conjunto da sociedade” de Teutônia estaria “fragilizado”, isto é, *todos* (!) seriam “neonazistas”.⁹ Atente-se para o fato de que este “conjunto” é composto por cerca de 25.000 pessoas. No documento, não há qualquer indicação sobre a metodologia utilizada para chegar a este diagnóstico; aliás, em nenhum momento, a perita demonstra saber em que direção fica Teutônia.

Em 1º de março de 2011, aquilo que até então fora um procedimento administrativo foi transformado, pelo procurador da República em Lajeado, em inquérito civil público (ICP), mostrando a profunda convicção do mesmo de que a maldade “neonazista” era algo inerente ao povo do Vale do Rio Taquari – ainda que nem a imprensa nem as autoridades policiais haviam apontado *qualquer* dado ou episódio novo; neste sentido, lembre-se, inclusive, que o jornalista que falara na existência de três ou quatro meninos “neonazistas” em Teutônia, quando instado pelo delegado Mauro José Barcellos Mallmann a apresentar detalhes, recuou, sob o argumento de que “sua fonte não queria ser identificada”, fato que “atrapalhou as investigações” (CAMARGO, 2010-2012, fl. 11).

9 No parágrafo final do documento (fl. 118), a antropóloga explicita seu programa para a “desneonazificação” da população do município (ela não utiliza esta expressão, mas é óbvio que era isso que tinha em mente): “Em suma, será necessário que no município referido acima as diferentes secretarias, escolas, museus, e outras instituições responsáveis, enviem projetos educativos e culturais às instituições competentes ao tema da diversidade sociocultural e direitos humanos (instâncias estaduais e federais que diretamente fomentam tais atividades), de modo a prever que sejam realizadas na municipalidade campanhas de promoção cultural, mostras de filmes etnográficos, documentários, exposições, ciclos de debate, seminários, produção de material didático, entre outros, e que possam bem esclarecer *ao conjunto dos concidadãos de Teutônia* sobre o valor da convivência social entre diferentes grupos sociais, sobre formas adequadas e benéficas de promoção do bem comum mediante ao *[sic]* uso intercultural das redes eletrônicas” (grifos e colchetes acrescentados ao original). Para um leitor à distância no tempo, a proposta soa interessante como suposta fórmula para desanimalizar a população de Teutônia, inventada por uma perita com doutorado (!) em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (!).

Em 3 de maio de 2011, considerando “a necessidade de prevenir ações discriminatórias, que podem projetar-se não só sobre a comunidade judaica, mas, especificamente nessa região, que comporta grupos indígenas e remanescentes quilombolas”, o procurador da República mandou agendar uma “reunião com a analista em Antropologia da Procuradoria da República na 4ª Região [...] e com autoridades ou representantes de entidades relacionados ao tema” (CAMARGO, 2010-2012, fls. 129-130). Esta reunião realizou-se, em 16 de maio, em Porto Alegre, e a lista de presenças registra, além do procurador e da técnica pericial em Antropologia, mais outras oito pessoas, representantes de diversas instituições – duas se disseram da UFRGS, duas da Secretaria de Educação/RS, três se apresentaram como ligadas a entidades representativas de afrodescendentes, indígenas, judeus (CAMARGO, 2010-2012, fl. 153).

Em relatório datado de 29 de junho de 2011, o procurador, ao referir-se a esta reunião, escreveu que ela teve o “fim de discutir medidas que viabilizem a conscientização de alunos e frequentadores das escolas municipais de Arroio do Meio, Bom Retiro do Sul, Estrela, Lajeado e Teutônia sobre as diversidades culturais e raciais, bem como a necessidade de se respeitar os estatutos legislativos criados pelos órgãos competentes”. E continuou: “O objetivo deste procedimento administrativo [...] constitui em proporcionar uma saída efetiva, ainda que de longo prazo, *para o problema da discriminação racial encontrado na região de Teutônia*. Sem adentrar com mais profundidade nas origens do problema, o *ressurgimento* de um movimento neonazista revela *graves problemas de índole cultural*, e, ainda que mais superficialmente, também de origem econômica e educacional” (CAMARGO, 2010-2012, fl. 156 – grifos acrescentados ao original).

Esta citação relativamente longa se justifica por constituir prova cabal de que o procurador estava agindo a partir de suas convicções pessoais – e não com base em fatos empiricamente verificados através de investigações ou de estudos feitos por quem quer que seja –, pois os próprios parágrafos anteriores do relatório informavam que o delegado Mauro José Barcellos Mallmann havia classificado as pichações como ato de “molecagem”, e em *todo* (!) o processo não há *qualquer* documento que arrole fatos ou indícios novos, além das notícias jornalísticas (!) de agosto de 2010 sobre as pichações; sobretudo, não há *nenhum* (!) documento que se refira a manifestações “neonazistas” (sejam pichações ou quaisquer outras), *a atos de discriminação ou a qualquer coisa parecida* (!) em Arroio do Meio, Bom Retiro do Sul, Estrela, Lajeado. Por tudo isso, não há outra interpretação possível a não ser a de que o procurador estivesse projetando a *suposta* (!) “discriminação racial encontrada na região de Teutônia” como óbvia e *automaticamente* também presente em *qualquer* outro município com população originária de “colonização germânica”.

Como eu tivesse tomado conhecimento da instauração do procedimento do MPF-RS em Lajeado, mas não conseguisse obter informações sobre o desdobramento do caso, fiz contato com o procurador-chefe, em Porto Alegre, a 5 de março de 2012, logo depois que tinha terminado o prazo de um ano previsto na instauração do inquérito civil público,

para buscar informações.¹⁰ Como reação a este pedido, o procurador em Lajeado me encaminhou relatório, não datado, mas a carta que o acompanhava está datada de 13 de março de 2012. Neste documento, as “novidades” se restringem à citação de algumas ações desenvolvidas, mas não há *qualquer* informação nova, *qualquer descoberta nova*, pelo contrário, no início, se *ratifica* que o delegado Mallmann, de Teutônia, afirmou, na época, que as pichações teriam sido feitas “por molecagem”. Mesmo assim, “em 1º/03/2012, foi determinada a prorrogação deste ICP pelo prazo de 01 ano, tendo em vista a necessidade de realização e complementação de diligências” (CAMARGO, 2010-2012, fls. 183, 185).

Não tenho documento ou outra fonte para provar, mas é plausível que meu e-mail ao procurador-chefe, em março de 2012 – repassado ao procurador em Lajeado, pois anexado ao processo (CAMARGO, 2010-2012, fls. 180-182) –, tenha levado este último a repensar sua estratégia e suas ações, pois nota-se, a partir de então, uma intensificação de reuniões com secretários de educação dos municípios da região (não mais apenas dos cinco inicialmente citados, os mais populosos). Além disso, os textos das correspondências a respeito passaram a apresentar um teor um pouco diferente dos anteriores. Um exemplo, datado de 9 de abril de 2012, ilustra essa situação: “Ao cumprimentá-lo(a) cordialmente, comunico que foi instaurado nesta Procuradoria da República o expediente em epígrafe com o objetivo de apurar, *inicialmente*, problemas relacionados à disseminação de símbolos nazistas na cidade de Teutônia/RS, e, ao depois, estendido o objeto para abranger a questão da diversidade cultural e racial na região, notadamente em razão da existência de comunidades quilombolas e indígenas” (CAMARGO, 2010-2012, fl. 189 – grifos acrescentados ao original). Assim, inicia uma carta-convite para uma reunião a respeito, mostrando que a ênfase inicial (as pichações “neonazistas”) sofrera, no mínimo, um acréscimo.

Interessantes são também inserções de novos tipos de material no processo. Se na folha 227 ainda aparece uma matéria de jornal que tem a ver com os objetivos *iniciais* do ICP, tratando sobre a situação dos acusados de “neonazismo” envolvidos no assassinato no Paraná, em 2009 (ROTTA, 2012)¹¹, pouco depois, na folha 229, foi anexada outra matéria sobre um trabalho acadêmico que aborda a situação dos negros em Lajeado (LOVATO, 2012), como a sugerir que o espectro fora ampliado.¹² A suspeita de que documentos como este faziam parte da estratégia do procurador para “redirecionar” o processo fica reforçada pelo fato de que um “despacho” de 21 de maio de 2012 determinou: “extraíam-se cópias das fls. 01/08, 99, 113/119, 129/149, 152/178, 183/185, 189/214 e deste despacho, para instruir *novo* [!] ICP a ser instaurado tendo como objeto a *implantação efetiva do Estatuto*

10 Lembre-se que logo após os acontecimentos de agosto de 2010, havia sido instaurado um “procedimento administrativo”, transformado em “inquérito civil público” (ICP), em 1º de março de 2011.

11 Apesar de coerente com o conteúdo, esta matéria jornalística não está ligada, de forma direta, ao processo, pois se refere ao episódio de 2009 (à prisão de Jairo Maciel Fischer, acusado do assassinato no Paraná). O autor, porém, é o mesmo jornalista que denunciou a suposta ou efetiva existência de três ou quatro jovens “neonazistas” em Teutônia, e que desembocou nas pichações que motivaram a ação do procurador da República.

12 A matéria trata da dissertação de Gilson Luiz dos ANJOS, 2012.

da Igualdade Racial [...] nos estabelecimentos de ensino, bem como o acompanhamento e discussão das questões relativas à diversidade nos municípios abrangidos por esta PRM". Portaria datada do dia seguinte sacramentou a instauração do “novo” ICP (CAMARGO, 2010-2012, fls. 231-232, 237 – grifos e colchetes acrescentados ao original). A seguir, em um “termo de arquivamento”, datado de 3 de julho de 2012, o procurador encerrou o ICP “inicial”, aquele das pichações “neonazistas” em Teutônia. No documento, admitiu que “no que se refere à investigação policial sobre os fatos narrados *inicialmente*, no tocante à disseminação de símbolos nazistas na cidade de Teutônia/RS, ou mesmo a existência de uma célula neonazista no citado município, *tem-se que o inquérito policial concluiu pela sua inexistência*” (CAMARGO, 2010-2012, fl. 340b – grifos acrescentados ao original).

Até aqui, um relato resumido dos fatos. Quatro semanas depois do arquivamento do inquérito civil público sobre as pichações “neonazistas” em Teutônia, o procurador da República deixou sua função em Lajeado. O episódio por ele protagonizado demonstra a longevidade de concepções arraigadas no senso comum – e ainda a dificuldade da pesquisa histórica em influir na mudança destas concepções, já que nas duas ou três últimas décadas foram produzidos vários trabalhos acadêmicos que mostram que as dimensões da presença nazista no Rio Grande do Sul não foram aquelas propaladas por policiais e por outros formadores de opinião pública, na época. Mesmo assim, vê-se, por exemplo, no “laudo” produzido pela técnica pericial em Antropologia do MPF-RS – repita-se: uma *doutora* (!) em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (!) – uma aceitação cega daquilo que está escrito num famigerado livro de origem policial publicado durante a Segunda Guerra Mundial (PY, 1942). E pior, a pressuposição, no mínimo subentendida, de que aquilo que naquele tempo foi *atribuído* a determinado setor da população – aos “alemães” – obviamente existiu, e sobrevive intacto (!), mesmo na terceira geração posterior.

Outro aspecto que merece referência é que estas concepções não se encontram apenas na mente de pessoas estranhas ao meio em questão. Foi citada uma jornalista e escritora que manifestou a desconfiança de que amplos setores da população do Vale do Rio Taquari poderiam ser “neonazistas”, mesmo quando ela está radicada e ativa na região há muitos anos. Em relação ao episódio das pichações em Teutônia, em 2010, o jornalista que fez a denúncia sobre a existência de três ou quatro jovens “neonazistas” no município nasceu em Porto Alegre, se criou em Pelotas, mas à época já trabalhava havia oito anos num jornal de Lajeado – de forma que se deve pressupor que conhecia a região de vivência própria. Na mesma linha, merecem referência jornalistas da Rádio Independente, de Lajeado. Ainda que não citados no processo do MPF-RS aqui apresentado, foram protagonistas de um episódio até hilariante, neste contexto. Em 21 (!) de abril de 2011, a emissora transmitiu uma matéria em que foi relatado que repórteres seus haviam ido a Teutônia para entrevistar o delegado Mauro José Barcellos Mallmann, para perguntar se ele tinha tomado medidas para coibir uma possível (provável?) festança da população

local, pelas ruas da cidade, à noite deste dia, para comemorar o aniversário de Hitler.¹³ O pequeno detalhe de que não se deram conta foi o fato de que o aniversário de Hitler havia sido no dia anterior, em 20 (!) de abril!

Até integrantes do então ainda centro universitário de Lajeado demonstraram algo que pode ser visto como denotando subserviência ao procurador da República, admitindo, porém, ainda que de forma indireta, que endossaram suas concepções e suas ações em relação à população da região. Em despacho datado de 16 de novembro de 2011, o procurador determinou que se oficiasse “ao Centro de Ciências Humanas e Jurídicas da UNIVATES [...] solicitando informações sobre os projetos, ações desenvolvidas para promover reuniões e/ou encontros a fim de discutir a questão das diversidades culturais, raciais...”. Ainda que, aparentemente, o procurador tivesse considerado que uma resposta demorara demais – pois, com data de 17 de janeiro de 2012, consta uma cobrança –, um documento-resposta, de 4 laudas, datado de 5 de março do mesmo ano, arrola várias ações que mostrariam o esforçado empenho da instituição universitária em dar sua contribuição para a cruzada de “desneonazificação” das populações do Vale do Rio Taquari desencadeada por ele (CAMARGO, 2010-2012, fls. 167, 170, 174-177).

REFERÊNCIAS

ABAL, Felipe Cittolin. **Nazistas no Brasil e extradição**: os pedidos de extradição de Franz Stangl e Gustav Wagner em uma análise histórico-jurídica. Curitiba: Juruá, 2014.

ANJOS, Gilson Luiz dos. **(Re)conhecimento e negritude**: uma questão de educação? Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CAMARGO, Nilo Marcelo de Almeida. **Despacho de instauração**. Lajeado, 2010-2012 (processo instaurado pelo então procurador da República em Lajeado, após pichações com símbolos nazistas ocorridas ao longo da rodovia RS-128, no município de Teutônia, em agosto de 2010; é um documento de 255 laudas, cuja cópia foi obtida no Ministério Público Federal em Lajeado/RS).

CRUZ, Natalia dos Reis. **Negando a História**: a Editora Revisão e o neonazismo. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

CUNDARI, Paula Casari. **Limites da liberdade de expressão**: imprensa e judiciário no “caso Editora Revisão”. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

FRANTZ, Sâmia. Neonazismo surpreende Teutônia. **Zero Hora**, Porto Alegre, 6 de maio de 2009 <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2009/05/neonazismo-surpreende-teutonia-2500340.html#showNoticia=YzIqQ1Z 6aVE4Mzc5MjYxMjM5MDIwMjMyNzA0VIYxNjk3NDUzMjMzM DlzOTUyODA2Nm1MXzQ0OTUyNDAYNjIxOTIyMDE3MjhzOTxLNC5OM0FOX1xqc1pwdFw> (acessado em 11/3/2017).

GERTZ, René E. **O neonazismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS/AGE, 2012.

¹³ <http://www.independente.com.br/policia-civil-esta-atenta-aos-grupos-neonazistas.html> (acessado em 13/3/2017).

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. **Anti-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória: Revisão Editora e as estratégias da intolerância (1987-2003)**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

LOVATO, Bruna. Trabalho comprova que preconceito ainda é velado. **O Informativo do Vale**, Lajeado, 12-13 de maio de 2012, p. 17.

MENDES, Letícia. Material sobre nazismo é apreendido. **Zero Hora**, Porto Alegre, 26 de agosto de 2010, p. 14.

PEIXOTO, Laura. Uma coisa puxa outra... **Varal da Laura**, Lajeado, 6 de maio de 2009. <http://lauramertenpeixoto.blogspot.com.br/search?updated-min=2008-12-31T18:00:00-08:00&updated-max=2009-05-08T14:23:00-03:00&max-results=50&start=1068&by-date=false> (acessado em 9/3/2017).

PINHEIRO, Douglas Antônio Rocha. **Às margens do caso Ellwanger**: visão conspiracionista da História, ecos tardios do integralismo e judicialização do passado. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Brasília, 2013.

PY, Aurélio da Silva. **A 5ª coluna no Brasil**: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1942.

ROTTA, Emílio. Grupo estaria se reorganizando. **O Informativo do Vale**, Lajeado, 20 de agosto de 2010a, p. 19.

ROTTA, Emílio. Polícia busca pistas e encontra livros. **O Informativo do Vale**, Lajeado, 26 de agosto de 2010b, p. 23.

ROTTA, Emílio. Antropologia no combate ao neonazismo. **O Informativo do Vale**, Lajeado, 11 de setembro de 2010c, p. 26.

ROTTA, Emílio. Três anos depois, neonazistas aguardam julgamento em liberdade. **O Informativo do Vale**, Lajeado, 21-22 de abril de 2012, p. 29.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Amazônia boliviana 121
Análise de dados sensoriais 46
Atividades práticas 129, 136, 137, 140, 141, 266
Áulicos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 10

C

Celebrações 59, 61, 64, 65
Ciência 33, 81, 83, 109, 111, 115, 118, 119, 245, 262, 270, 271
Cientista sensorial 46
Código penal 97, 98, 105, 106
Consumidor 46
Cuidados de saúde 69, 71, 75, 79
Cultura 2, 8, 10, 12, 14, 16, 22, 25, 27, 28, 29, 30, 44, 62, 101, 105, 121, 128, 151, 155, 156, 170, 171, 176, 182, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 263, 266, 279, 282

D

Ditadura 59, 60, 61, 63, 65, 66, 67, 68, 168, 169, 178, 184

E

E-nose 45, 46, 54, 55
E-tongue 45, 46, 55
Elite intelectual 1, 5, 6, 7, 8, 9
Ensino 7, 60, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 76, 78, 82, 94, 95, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 141, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 215, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 266, 267, 268, 269, 281, 282
Ensino fundamental 129, 130, 131, 134, 258

G

Georreferenciamento 97
Ginásio Municipal de Serrolândia 59, 60, 61, 62, 63, 65, 67

H

Histologia 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118

I

Identidade 2, 11, 12, 21, 22, 27, 29, 113, 121, 122, 125, 126, 127, 137, 174, 175, 178, 183,

185, 194, 198, 258, 260, 264, 266, 267

Imigração 12, 14, 18, 19, 22, 78, 193, 194, 209, 212

Imprensa 1, 2, 4, 5, 7, 9, 10, 11, 122, 153, 155, 157, 158, 160, 162, 177, 178, 179, 185, 186, 192, 193, 194, 207, 208, 210, 212, 216, 237

L

Leitura de mapas 129, 130, 131, 132, 134, 141

Lugar 19, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 42, 99, 103, 106, 115, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 134, 135, 136, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 160, 165, 174, 175, 183, 203, 208, 219, 228, 232, 239, 242, 259, 261, 263, 266, 274

Lugar de memória 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 143, 144, 150

M

Medicina 8, 98, 109, 110, 113, 115, 116, 117

Memória 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 43, 61, 63, 67, 142, 143, 144, 145, 146, 150, 151, 162, 187, 193, 194, 217, 228, 229

Microscópio 109, 111, 113, 114, 115, 116, 117

Mulheres 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 41, 42, 61, 68, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 98, 100, 101, 105, 110, 149, 179, 180, 183, 184, 198, 218, 219, 220, 224, 225, 227, 228, 229, 231, 232, 233, 238

P

Patologia 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117

Políticas 1, 2, 3, 4, 7, 9, 15, 38, 60, 64, 65, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 79, 111, 179, 181, 184, 190, 191, 255, 256, 259, 260, 264

Práticas cívicas 59, 60, 62, 63, 64, 65, 67

R

Relatos de viagens 23, 25, 27

Repressão policial 97, 100, 105

Reprodutiva 69, 70, 71, 73, 74, 75, 78, 79, 229

Rio de Janeiro 1, 6, 8, 10, 11, 22, 30, 43, 67, 78, 95, 97, 98, 99, 101, 103, 105, 106, 107, 108, 128, 141, 150, 161, 162, 163, 177, 179, 180, 184, 185, 226, 268

S

Salubridade 31, 32, 33, 36, 38, 39, 42

Santa Casa de Misericórdia 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42

Saúde sexual 69, 70, 71, 73, 75, 76, 78, 79

Seringueiros brasivianos 121

T

Teresina 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 218, 219, 220, 222, 224, 226


Atena
Editora

Ano 2021





HISTÓRIA:

Consensos e dissensos engendrados

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 [facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)



HISTÓRIA:

Consensos e dissensos engendrados

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 [facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)